

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais
(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência
(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº e-1468/2022/PGJ, DE 21.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Procurador(a) de Justiça Paulo Cezar Dos Passos, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	9 a 18.1.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1469/2022/PGJ, DE 21.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Daniel Higa de Oliveira, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	16 a 25.1.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1470/2022/PGJ, DE 21.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Thiago Barile Galvão de França, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	9 a 18.1.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-1471/2022 - PGJ, DE 21.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Regina Dornte Broch 3 (três) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 11 a 13.5.2022, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1472/2022/PGJ, DE 21.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Gevair Ferreira Lima Junior, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	9 a 18.1.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1473/2022/PGJ, DE 21.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	16 a 25.1.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 5703/2022-PGJ, DE 18.11.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Débora Duarte Santana, Técnica II, lotada na Secretaria de Gestão de Pessoas, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Desenvolvimento de Pessoas nos dias 6 e 7.10.2022 e no período de 13 a 21.10.2022, em razão de afastamento da titular, Christiane de Oliveira Landgraf Pinto.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5704/2022-PGJ, DE 18.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Elaine Teresinha Bordão, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício no Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado, Gaeco, em Dourados, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 14ª Promotoria de Justiça de Dourados no período de 21 a 27.10.2022, em razão de afastamento da servidora Ariane Albuquerque Miranda Pitzschk Terencio.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5705/2022-PGJ, DE 18.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Luiz Fernando Ribeiro Barbosa, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança FC5, símbolo MPFC-305, no período de 31.10 a 11.11.2022, em razão de afastamento da servidora Laura Regina Barbosa Victor Chaparim.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5715/2022-PGJ, DE 18.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Janaina Ferreira Domingos, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, exercer a Função de Confiança FC3, símbolo MPFC-303, no período de 3 a 11.11.2022, em razão de afastamento da servidora Dayenne Gargantini Martins Diniz Paduan.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 5547/2022-PGJ, DE 9.11.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias regulamentares à servidora Marta Josefa da Silva, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas no período de 24.4 a 13.5.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 9 a 18.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, e do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5550/2022-PGJ, DE 9.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Natália Perroni Pires por meio da Portaria nº 2115/2022-PGJ, de 6.5.2022, que seriam usufruídas no período de 3 a 12.11.2022, a serem usufruídas no período de 16 a 25.11.2022, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5551/2022-PGJ, DE 9.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1078/2022-PGJ, de 16.9.2022, que concedeu férias à servidora Tonya Roberta Pettengill Novaes, de forma que, onde consta “nos períodos de 16 a 25.11.2022 e (...), bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 2 a 11.12.2022”, passe a constar “nos períodos de 23.11 a 2.12.2022 e (...), bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 5 a 14.12.2022”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5552/2022-PGJ, DE 9.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias regulamentares ao servidor Lincoln Ricardo Miglioli Bauermeister, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 28.8 a 6.9.2023 e de 23.10 a 1º.11.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 7 a 16.12.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, e do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 5553/2022-PGJ, DE 9.11.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-985/2021/PGJ, de 30.8.2021, com redação dada pela Portaria nº 1110/2022-PGJ, de 14.3.2022, que concedeu férias à servidora Renata Rafaela Angelotti Moro, de forma que, onde consta “de 18 a 27.11.2022”, passe a constar “de 28.11 a 7.12.2022”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018; e tornar sem efeito a Portaria nº 4577/2022-PGJ, de 12.9.2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5565/2022-PGJ, DE 10.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Flavia Alessandra de Freitas Magalhães por meio da Portaria nº e-268/2022/PGJ, de 14.3.2022, que seriam usufruídas no período de 1º a 10.12.2022, a serem usufruídas no período de 23.1 a 1º.2.2023, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5566/2022-PGJ, DE 10.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias regulamentares à servidora Glauce Rocha de Sousa Gomes, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 5 a 14.12.2022 e de 23.2 a 4.3.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 9 a 18.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, e do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5567/2022-PGJ, DE 10.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Adriana Calgaro Gomes por meio da Portaria nº e-1084/2022-PGJ, de 16.9.2022, de forma que, onde consta “de 23.11 a 2.12.2022”, passe a constar “de 17 a 26.10.2022”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 5576/2022-PGJ, DE 10.11.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias regulamentares ao servidor Whanderson Ribeiro de Almeida, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 9 a 28.1.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 30.1 a 8.2.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, e do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5609/2022-PGJ, DE 11.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas ao servidor Luiz Fernando Barros de Oliveira dos Anjos por meio da Portaria nº e-285/2022-PGJ, de 18.3.2022, com redação dada pela Portaria nº e-931/2022-PGJ, de 2.8.2022, que seriam usufruídas no período de 7.11 a 2.12.2022, a serem usufruídas no período de 20.2 a 17.3.2023, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5624/2022-PGJ, DE 11.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-255/2022-PGJ, de 14.3.2022, que concedeu férias à servidora Renata Rafaela Angelotti Moro, de forma que, onde consta “de 9 a 18.1.2023”, passe a constar “de 8 a 17.2.2023”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5633/2022-PGJ, DE 16.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias regulamentares à servidora Amanda Stephany Julio Barbosa, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 5 a 14.12.2022 e de 26.6 a 5.7.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 30.1 a 8.2.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, e do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 5641/2022-PGJ, DE 16.11.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 9.11.2022, as férias da servidora Myrian Raquel Rodrigues da Silva concedidas por meio da Portaria nº e-1472/2021-PGJ, de 12.11.2021, com redação dada pela Portaria nº 4463/2022-PGJ, de 6.9.2022, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 16 a 18.11.2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5642/2022-PGJ, DE 16.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-849/2022-PGJ, de 18.7.2022, na parte que concedeu à servidora Kenia Braz Alcantara a conversão de um terço das férias em abono pecuniário, de forma que, onde consta: “de 7 a 16.11.2022”, passe a constar: “de 17 a 26.11.2022”.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5645/2022-PGJ, DE 16.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Priscilla Nóbrega Coelho por meio da Portaria nº e-245/2022-PGJ, de 14.3.2022, que seriam usufruídas no período de 16 a 25.11.2022, a serem usufruídas no período de 8 a 17.12.2022, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5648/2022-PGJ, DE 16.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias regulamentares à servidora Alice de Souza Mendes Ferreira, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas no período de 9.11 a 8.12.2022, nos termos dos artigos 1º e 4º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, e do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 5651/2022-PGJ, DE 16.11.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Cristhiane Bergmaier por meio da Portaria nº e-565/2022-PGJ, de 25.5.2022, que seriam usufruídas no período de 9 a 18.1.2023, a serem usufruídas no período de 16 a 25.11.2022, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5681/2022-PGJ, DE 17.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Gillielen Laura Alves Lobo Ruso por meio da Portaria nº 347/2022-PGJ, de 28.1.2022, com redação dada pela Portaria nº 1474/2022-PGJ, de 31.3.2022, que seriam usufruídas no período de 3 a 8.11.2022, a serem usufruídas no período de 23 a 28.1.2023, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5693/2022-PGJ, DE 17.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas ao servidor Mohamed Santos Ibrahim por meio da Portaria nº e-1077/2022-PGJ, de 16.9.2022, que seriam usufruídas no período de 7 a 16.11.2022, a serem usufruídas no período de 28.11 a 7.12.2022, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5700/2022-PGJ, DE 17.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 3.10.2022, as férias da servidora Adriana Vargas dos Santos concedidas por meio da Portaria nº e-1655/2021-PGJ, de 8.12.2021, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 6 a 11.3.2023.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 5702/2022-PGJ, DE 18.II.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Camila Mara Machado por meio da Portaria nº e-275/2022-PGJ, de 14.3.2022, que seriam usufruídas no período de 3 a 12.11.2022, a serem usufruídas no período de 10 a 19.1.2023, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1474/2022/PJ, DE 21.II.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Auriely Ramirez Abadie, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 2 a 11.5.2023 e de 28.8 a 6.9.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 19 a 28.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1475/2022/PJ, DE 21.II.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Saulo Giulhiano Ricaldes Gonçalves, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 10 a 19.4.2023 e de 17 a 26.7.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 23.1 a 1.2.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1476/2022/PJ, DE 21.II.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Ana Laura Gil Fonseca, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 6 a 15.2.2023 e de 4 a 13.9.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 17 a 26.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1477/2022/PGJ, DE 21.II.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Caroline Pereira Finger Gomes, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 10 a 19.4.2023 e de 11 a 20.9.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 6 a 15.3.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1478/2022/PGJ, DE 21.II.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Jean Haeffner Machado, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 6 a 15.3.2023 e de 23.10 a 1º.11.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1 a 10.2.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1479/2022/PGJ, DE 21.II.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Renato Adimilson Cavalheiro, referentes ao período aquisitivo 2015/2016, a serem usufruídas no período de 23.1 a 6.2.2023 e período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 12 a 21.6.2023 e de 19 a 28.9.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 7 a 16.2.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1480/2022/PGJ, DE 21.II.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Thaís de Oliveira Carvalho, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 27.11 a 16.12.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1 a 10.2.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1481/2022/PGJ, DE 21.11.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-854/2022-PGJ, de 18.7.2022, que concedeu férias à servidora Catia Cristiane Ferreira, de forma que, onde consta: "período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas de 14 a 23.6.2023", passe a constar: "período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas de 8 a 17.2.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1482/2022/PGJ, DE 21.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Ronald de Souza Gomes da Silva, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 6 a 25.2.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 16 a 25.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1483/2022/PGJ, DE 21.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Julyanne Marcondes de Oliveira, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 10 a 19.4.2023 e de 10 a 19.7.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 16 a 25.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1484/2022/PGJ, DE 21.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Laura Regina Barbosa Victor Chaparim, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 10 a 19.7.2023 e de 2 a 11.10.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 13 a 22.2.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1485/2022/PGJ, DE 21.II.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1065/2022-PGJ, de 13.9.2022, que concedeu férias ao servidor Edmundo Tsuyoshi Ikeda, de forma que, onde consta: "período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídas de 16 a 25.11.2022", passe a constar: "período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídas de 9 a 18.1.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1486/2022/PGJ, DE 21.II.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Lenice Mie Joboji, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 22.3 a 20.4.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1487/2022/PGJ, DE 21.II.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Rafael Assef Vieira, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 10 a 19.1.2023 e de 16 a 25.11.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 20 a 29.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1488/2022/PGJ, DE 21.II.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Moises Yule de Oliveira, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 9 a 18.1.2023, de 10 a 19.4.2023 e de 3 a 12.7.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1489/2022/PGJ, DE 21.II.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Marivalma Amâncio de Lima Suzuki, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 27.2 a 8.3.2023 e de 17 a 26.7.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 9 a 18.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1490/2022/PGJ, DE 21.II.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Paulo Roberto da Silva, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 24.4 a 3.5.2023 e de 18 a 27.9.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 9 a 18.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1491/2022/PGJ, DE 21.II.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Valter Vieira Segundo, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 19 a 28.1.2023 e de 8 a 17.1.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1 a 10.2.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1492/2022/PGJ, DE 21.II.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Weskley Moreira, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 23.1 a 1º.2.2023 e de 7 a 16.8.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 9 a 18.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1493/2022/PGJ, DE 21.11.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Thiago Simioli Holsback, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 10 a 19.4.2023 e de 16 a 25.10.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 16 a 25.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativ

PORTARIA Nº e-1494/2022/PGJ, DE 21.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Maristella Franzim Souza Camilo, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 14 a 23.6.2023 e de 11 a 20.9.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 9 a 18.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1495/2022/PGJ, DE 21.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Magaly Carvalho Brunet, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 10 a 19.4.2023 e de 17 a 26.7.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 9 a 18.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1496/2022/PGJ, DE 21.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Leticia da Silva Assunção, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 27.2 a 8.3.2023 e de 16 a 25.10.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 25.9 a 4.10.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° e-1497/2022/PGJ, DE 21.11.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução n° 12/2020-PGJ, de 05 de maio de 2020,

RESOLVE

Suspender as férias concedidas a(o) servidor(a) Farley Leles Froes Medeiros, por meio da Portaria n° e873/2022, de 18.7.2022, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, que seriam usufruídas no período de 9 a 18.1.2023, a serem usufruídas no período de 23.1.2023 a 1.2.2023, por necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, da Resolução n° 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 04/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 36/PGJ/2021 - PUBLICADA NO DOMP-MS N° 2.614 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022 (PÁGINAS 35 A 39); NO DOMP-MS N° 2.672 DE 24 DE MAIO DE 2022 (PÁGINAS 34 A 38), E, NO DOMP-MS N° 2.733 DE 23 DE AGOSTO DE 2022 (PÁGINAS 17 A 21).

REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI N° 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/2207/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **LLIMA ENGENHARIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, representada por **Luís Moreira de Lima**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico n° 36/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei n° 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei n° 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (inverter e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação com a finalidade de atender ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	1	Aparelho condicionador de ar, tipo <i>split hi-wall inverter</i> , composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 9.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou <i>scroll</i> , gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca: TCL 9000 BTUS INVERTER 220V FRIO.	Unidade	30	2.000,00
	2	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo <i>SPLIT</i> 9.000 Btu's, com isolamento térmico.	Metro	180	76,90
	3	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 9.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	25	490,00



	4	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 9.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas do Interior do Estado.	Serviço	15	595,00
	5	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 12 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 30.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Obs.: A instalação e os materiais necessários são de responsabilidade da contratada. Marca: Elgin/Aspen Mini Orange.	Unidade	20	699,00
	6	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	100	28,90
	7	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	100	28,90
5	29	Aparelho condicionador de ar, tipo bi <i>split hi-wall inverter</i> , composto por três unidades distintas, 1 condensadora (externa) e 2 evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 24.000 BTU/h ou superior (2 x 12.000 btu's); comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Obs.: A capacidade da condensadora poderá ser superior a 24.000 B'tus, desde que atenda a capacidade de 12.000 Btu's solicitado para cada evaporadora. Marca: Springer/Midea dual inverter 27000 BTUS + 2 EVAP. 12000 BTUS.	Unidade	4	10.400,00
	30	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo bi <i>split</i> 24.000 Btu's. com isolamento térmico.	Metro	80	235,00
	31	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo bi <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 24.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	4	1.500,00
	32	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo bi <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 24.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas do Interior do Estado.	Serviço	4	2.000,00
	33	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 12 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 30.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Obs.: A instalação e os materiais necessários são de responsabilidade da contratada. Marca: Elgin/Aspen Mini Orange.	Unidade	4	749,00
	34	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	40	65,00
	35	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	80	75,00
7	43	Aparelho condicionador de ar, tipo <i>split inverter</i> piso/teto, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 35.000 a	Unidade	6	11.000,00



		36.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou superior, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A ou B. Garantia mínima: 12 meses. Marca: Elgin 36000 BTUS piso teto inverter 220v frio.			
	44	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo <i>split</i> 35.000 a 36.000 Btu's. com isolamento térmico.	Metro	60	115,00
	45	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 35.000 a 36.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	5	999,00
	46	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 35.000 a 36.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas do Interior do Estado.	Serviço	5	1.399,00
	47	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 35 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 60.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Obs.: A instalação e os materiais necessários são de responsabilidade da contratada. Marca: Elgin/Aspen Maxi Orange	Unidade	5	750,00
	48	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	40	30,00
	49	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	100	30,00
8	50	Aparelho condicionador de ar, tipo <i>inverter</i> piso/teto, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 46.000 a 48.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou <i>scroll</i> , gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A ou B. Garantia mínima: 12 meses. Marca: Elgin 48000 BTUS Piso Teto Inverter 220v Frio.	Unidade	5	14.000,00
	51	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo <i>split</i> 46.000 a 48.000 Btu's. com isolamento térmico.	Metro	35	140,00
	52	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 46.000 a 48.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	5	1.100,00
	53	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 46.000 a 48.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas do Interior do Estado.	Serviço	5	1.540,00
	54	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 35 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 60.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia	Unidade	5	750,00



		mínima de 12 (doze) meses. Obs.: A instalação e os materiais necessários são de responsabilidade da contratada. Marca: Elgin/Aspen Maxi Orange.			
	55	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	15	30,00
	56	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	35	30,00
10	64	Aparelho condicionador de ar, tipo <i>split</i> , cassete, <i>inverter</i> , composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 31.000 a 36.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; sistema de distribuição para 4 lados e ambiente adjacente; tensão de operação: 220V bifásico, 60 Hz; Compressor: tipo alternativo, rotativo ou superior, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A ou B. Garantia mínima: 12 meses. Marca: Elgin 36000 BTUS Cassete Inverter 220v Frio.	Unidade	3	14.500,00
	65	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo <i>SPLIT</i> 31.000 a 36.000 BTU/h. com isolamento térmico.	Metro	30	150,00
	66	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , cassete, <i>inverter</i> , função refrigeração, com capacidade de 31.000 a 36.000 BTU/h, 220V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	3	1.200,00
	67	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , cassete, <i>inverter</i> , função refrigeração, com capacidade de 31.000 a 36.000 BTU/h, 220V, nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas de Interior do Estado.	Serviço	3	1.700,00
	68	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	12	30,00
	69	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	30	30,00
11	70	Aparelho condicionador de ar, tipo <i>split</i> , cassete, <i>inverter</i> , composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 45.000 a 48.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; sistema de distribuição para 4 lados e ambiente adjacente; tensão de operação: 220V bifásico, 60 Hz; Compressor: alternativo, rotativo ou superior, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A ou B. Garantia mínima: 12 meses. Marca: Elgin 48000 BTUS Cassete Inverter 220v Frio.	Unidade	3	17.000,00
	71	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo <i>SPLIT</i> 45.000 a 48.000 BTU/h, com isolamento térmico.	Metro	30	170,00
	72	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , cassete, <i>inverter</i> , função refrigeração, com capacidade de 45.000 a 48.000 BTU/h, 220V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	3	1.150,00
	73	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , cassete, <i>inverter</i> , função refrigeração, com capacidade de 45.000 a 48.000 BTU/h, 220V, nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas de Interior do Estado.	Serviço	2	1.650,00
	74	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os	Metro	12	30,00



		acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.			
	75	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	12	30,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 18 de fevereiro de 2022.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/PGJ/2021 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.614 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022 (PÁGINAS 39 A 40); NO DOMP-MS Nº 2.672 DE 24 DE MAIO DE 2022 (PÁGINAS 38 A 39), E, NO DOMP-MS Nº 2.733 DE 23 DE AGOSTO DE 2022 (PÁGINAS 21 A 22).

REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/2207/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **A2GB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, representada por **André Luiz Pereira Alves**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (inverter e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação com a finalidade de atender ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
3	15	Aparelho condicionador de ar, tipo <i>split hi-wall inverter</i> , composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 18.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou <i>scroll</i> , gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca: Elgin 45HVC18B2IB.	Unidade	40	3.700,00
	16	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo <i>SPLIT</i> 18.000 Btu's com isolamento térmico.	Metro	250	55,00
	17	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 18.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	35	400,00
	18	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 18.000 Btu's, 220 V nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas do Interior do Estado.	Serviço	20	700,00



	19	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 12 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 30.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Obs.: A instalação e os materiais necessários são de responsabilidade da contratada. Marca: Elgin/Mini Orange.	Unidade	25	550,00
	20	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	100	18,00
	21	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	200	18,00
4	22	Aparelho condicionador de ar, tipo <i>split hi-wall inverter</i> , composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 24.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou <i>scroll</i> , gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca: Elgin 45HVFC24B2IC.	Unidade	30	4.900,00
	23	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo <i>SPLIT</i> 24.000 Btu's. com isolamento térmico.	Metro	200	55,00
	24	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 24.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	30	400,00
	25	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 24.000 Btu's, 220 V nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas do Interior do Estado.	Serviço	15	700,00
	26	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 12 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 30.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Obs.: A instalação e os materiais necessários são de responsabilidade da contratada. Marca: VIX.	Unidade	20	500,00
	27	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	100	18,00
	28	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	250	18,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 18 de fevereiro de 2022.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/PGJ/2021 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.614 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022 (PÁGINAS 41 A 43); NO DOMP-MS Nº 2.672 DE 24 DE MAIO DE 2022 (PÁGINAS 26 A 29); E, NO DOMP-MS Nº 2.733 DE 23 DE AGOSTO DE 2022 (PÁGINAS 23 A 25).

REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/2207/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **WANDA MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA**, representada por **Quesia Dourado Silva**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (inverter e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação com a finalidade de atender ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
2	8	Aparelho condicionador de ar, tipo <i>split hi-wall inverter</i> , composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 12.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou <i>scroll</i> , gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca: Agravito.	Unidade	40	2.630,00
	9	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo <i>SPLIT</i> 12.000 Btu's. com isolamento térmico.	Metro	200	78,00
	10	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 12.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	30	600,00
	11	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 12.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas do Interior do Estado.	Serviço	25	650,00
	12	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 12 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 30.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Obs.: A instalação e os materiais necessários são de responsabilidade da contratada. Marca: Vix.	Unidade	20	480,00
	13	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	100	65,00
6	14	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	100	75,00
	36	Aparelho condicionador de ar, tipo <i>split hi-wall</i> , composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora	Unidade	5	5.990,00



		(interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 30.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou superior, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A, B ou C. Garantia mínima: 12 meses. Marca: Agratto.			
	37	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo <i>split</i> 30.000 Btu's. com isolamento térmico.	Metro	20	100,00
	38	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>hi-wall</i> , função refrigeração, com capacidade de 30.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	5	800,00
	39	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>hi-wall</i> , função refrigeração, com capacidade de 30.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas do Interior do Estado.	Serviço	5	850,00
	40	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 12 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 30.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Obs.: A instalação e os materiais necessários são de responsabilidade da contratada. Marca: Vix.	Unidade	5	400,00
	41	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	25	65,00
	42	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	35	75,00
9	57	Aparelho condicionador de ar, tipo <i>split inverter</i> piso/teto, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade mínima: 54.000 a 58.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A ou B. Garantia mínima: 12 meses. Marca: Komeco.	Unidade	5	14.950,00
	58	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo <i>SPLIT</i> 54.000 a 58.000 BTU/h. com isolamento térmico.	Metro	35	200,00
	59	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 54.000 a 58.000 BTU/h, 220V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	5	1.450,00
	60	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 54.000 a 58.000 BTU/h, 220V, nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas de Interior do Estado.	Serviço	5	1.550,00
	61	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 35 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 60.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Obs.: A instalação e os materiais necessários são de responsabilidade da contratada. Marca: Vix.	Unidade	5	490,00



	62	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	15	65,00
	63	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	15	75,00
12	76	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 12 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 30.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Marca: Vix.	Unidade	30	647,00
13	77	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 35 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 60.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Marca: Vix.	Unidade	30	696,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 21 de fevereiro de 2022.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

CAMPO GRANDE

EDITAL N. 120/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001130-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Fiscalizar os estabelecimentos de ensino municipal, no presente caso das Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEIs, para fins de se verificar a questão de segurança e regularidade documental dos estabelecimentos existentes em Campo Grande – MS.

Campo Grande, 16 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 121/2022/46PJ/CGR**

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001460-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Estadual Dolor Ferreira de Andrade visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

Campo Grande, 16 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 122/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001458-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Estadual Blanche dos Santos Pereira visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

Campo Grande, 16 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 123/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001457-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Estadual Arlindo de Sampaio Jorge visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

Campo Grande, 16 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 124/2022/46PJ/CGR**

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001456-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Estadual Arlindo de Andrade Gomes visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

Campo Grande, 16 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 125/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001452-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Estadual Amando de Oliveira visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

Campo Grande, 16 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 126/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001451-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Estadual Adventor Divino de Almeida visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

Campo Grande, 16 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 127/2022/46PJ/CGR**

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001450-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Estadual 26 de Agosto visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

Campo Grande, 16 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

CAMAPUÃ

INQUÉRITO CIVIL**AUTOS SAJMP Nº. 06.2021.00001105-3**

Requerente: Marcos Antônio Moreira

Requerido: Município de Camapuã/MS

RECOMENDAÇÃO Nº. 0003/2022/1ªPJC

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do Promotor de Justiça Gustavo Henrique Bertocco de Souza, titular da Promotoria de Justiça de Bandeirantes/MS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, artigo 132, III, da Constituição Estadual, bem como diante das disposições contidas na Lei nº. 7.347/85 e, cumprindo o disposto no artigo 26, inciso VI, da Lei Federal nº. 8.625/93 e artigo 27, IV, “a”, da Lei Complementar nº. 072/94, e

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa do patrimônio público e social, da moralidade e da eficiência administrativa, bem como zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, nos termos do artigo 127, *caput*, e artigo 129, incisos II e III, da CF;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público, consoante previsto no artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/94, emitir recomendações visando ao efetivo respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 1º da Resolução nº 164 de 28 de março de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, “a recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público por intermédio do qual este expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas”.

CONSIDERANDO que são princípios norteadores da Administração Pública a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e eficiência, conforme disposto no art. 37, *caput*, da Constituição Federal.



CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº 131/2009 – Lei da Transparência Pública –, diploma alterador da Lei de Responsabilidade Fiscal, trouxe um reforço às exigências de transparência no trato da coisa pública, relacionadas não apenas à despesas, mas, também, à receitas de tributos, contribuições e outros ingressos, acrescentando novos dispositivos que exigem, por exemplo, a disponibilização em tempo real, para pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira (inc. II, parágrafo único, art. 48).

CONSIDERANDO que a garantia de acesso à informação é preceito inserto no texto constitucional, previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal.

CONSIDERANDO que a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) regulamenta esses dispositivos constitucionais, subordinando toda Administração Pública (direta e indireta) das três Esferas de Governo.

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento desta Promotoria de Justiça a notícia de supostas *negativas injustificadas de publicidade de atos oficiais*, em descompasso ao que determina a Lei Federal n. 12.527/2011, que garante o acesso à informação pública;

CONSIDERANDO que o art. 10 da Lei n. 12.527/2011 prevê que "*Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida*";

CONSIDERANDO ainda que "*Os órgãos e entidades do poder público devem viabilizar alternativa de encaminhamento de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na internet*";

CONSIDERANDO que se os documentos estão armazenados em formato digital e haja anuência do requerente, deverão ser fornecidos nesse formato, assim como se estiver em formato impresso, eletrônico ou em qualquer outro meio de acesso universal, serão informados ao requerente, por escrito, o lugar e a forma pela qual se poderá consultar, obter ou reproduzir a referida informação, procedimento esse que desonerará o órgão ou entidade pública da obrigação de seu fornecimento direto, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para realizar por si mesmo tais procedimentos (art. 11, §§ 5º e 6º da Lei n. 12.527/2011);

CONSIDERANDO que os relatos apresentados pelo requerente vereador Marcos Antônio Moreira, especialmente os de p. 108-118, 119-126 e 167-173, demonstram indícios de que o chefe do poder executivo e seus secretários, injustificadamente, têm apresentado *empecilhos no fornecimento de informações e documentos públicos* ao solicitante, de modo que isso pode acarretar prejuízo ao poder-dever de fiscalização do membro da câmara de vereadores de Camapuã e, consequentemente, aos interesses da população camapuense;

CONSIDERANDO ainda que a conduta perpetrada poderá ser considerada como afronta ao disposto na Lei n. 12.527/2011, pois o art. 32 prevê as seguintes condutas como ilícitas que ensejam responsabilidade: "*I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa; (...) III - agir com dolo ou má-fé na análise das solicitações de acesso à informação*";

CONSIDERANDO ademais que as condutas acima mencionadas, conforme §2º do art. 32 da Lei n. 12.527/2011, poderão ensejar a responsabilidade por improbidade administrativa;

CONSIDERANDO que o art. 11, inciso IV da Lei n. 8.429/1992 expressamente prevê que negar publicidade aos atos oficiais, exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em lei, configura ato e improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública;

RESOLVE, com fulcro no art. 29, IV, da Lei Complementar n. 72/1994 e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PGJ de 27 de novembro de 2007, RECOMENDAR ao Prefeito Municipal de Camapuã, *Manoel Eugênio Nery*, para que:

- Cumpra e faça cumprir os dispositivos legais acima mencionados, garantindo-se o acesso à informação por



qualquer cidadão que apresentar pedido nos moldes da Lei n. 12.527/2011, respeitando, ademais, os prazos previstos nas legislações, sob pena de, doravante, as reclamações que se aportarem nesta Promotoria de Justiça sobre a negação de publicidade aos atos oficiais serem consideradas como condutas atentatórias aos princípios da administração pública, configurando-se ato de improbidade administrativa ante a evidência do elemento subjetivo doloso;

• Adote as providências internas necessárias para cientificar a equipe administrativa da Prefeitura Municipal de Camapuã, notadamente as pessoas ocupantes dos cargos de *Secretários, Chefes e Diretores*, a fim de que cumpram os dispositivos mencionados, abstendo-se de, injustificadamente, negarem publicidades aos atos oficiais, sob pena de responsabilização;

Remeta-se cópia desta recomendação à Câmara Municipal de Camapuã/MS, para ciência e fiscalização de seu cumprimento.

A presente recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, ensejando o reconhecimento de elemento subjetivo doloso caso não adotadas as medidas recomendadas acima, possibilitando o manejo de medidas administrativas e ações judiciais cabíveis contra o inerte.

Concede-se o prazo de 10 dias para que o Município de Camapuã/MS, por intermédio de seu Prefeito, informe a esta Promotoria de Justiça sobre o acatamento ou não da recomendação, bem como eventuais medidas adotadas.

Camapuã, 18 de novembro de 2022.

GUSTAVO HENRIQUE BERTOCCO DE SOUZA
Promotor de Justiça

IVINHEMA

EDITAL N.: 0022/2022/02PJ/IVH

A 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas n. 09.2022.00010427-5 que está à disposição de quem possa interessar na Praça Dos Poderes, 900, Ivinhema/MS – CEP 79740-000, Fone: (67) 3442-1590, ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas n. 09.2022.00010427-5

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Ivinhema

Objeto: Fiscalizar o cumprimento do acordo judicial firmado e homologado nos autos da Ação Civil Pública n.º 0800898-41.2017.8.12.0012, em razão de fato superveniente, qual seja, a ampliação da Voçoroca qualificada no expediente supra como n.º 02 (Voçoroca existente no Córrego Azul e Andorinha - Bairros Vitória e Triguinha, incluída a região do Cemitério Municipal).

Ivinhema/MS, 19 de outubro de 2022.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI
Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 024/2022/02PJ/IVH**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000602-1

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Compromissária: Suelen Barbosa Zanovelli

EXTRATO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado entre a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Ivinhema/MS e Suelen Barbosa Zanovelli, em 17/11/2022, tendo por objeto as obrigações que a compromissária assume consistentes em realizar a recuperação das áreas degradadas, localizada na propriedade denominada Sítio Primavera, localizada no município de Ivinhema/MS, estando o conteúdo do referido acordo extrajudicial disponível para consulta no sítio eletrônico www.mpms.mp.br, bem como na Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, localizada na Praça dos Poderes, nº 900, Centro, Cep: 79.740-000, Telefone (67) 3442-1590

Ivinhema/MS, 21 de novembro de 2022.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

PEDRO GOMES

EDITAL Nº 0031/2022/PJ/PDG

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a Instauração do Inquérito Civil nº 06.2022.00001363-3, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja, nº 395, Centro, Pedro Gomes - MS.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001363-3

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Waldir Miranda de Brito e Edilson de Souza Silva

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 6,5 hectares de vegetação nativa em área de vegetação remanescente e de 2,0 hectares de vegetação nativa em área declarada como Reserva Legal, na Fazenda Furnas de Santa Tereza, em Pedro Gomes/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental n. 096/3ªCIA/BPMA/COXIM-MS/2022..

Pedro Gomes/MS, 18 de novembro de 2022.

THIAGO BARILE GALVÃO DE FRANÇA

Promotor de Justiça Substituto

**PORTO MURTINHO**

EDITAL N. 0054/2022/PJ/PTM

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua 13 de maio, n. 444, Centro - CEP: 79280-000, Porto Murtinho/MS, Telefone: (67) 3287-1184.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001222-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Maria Luzia Ferreira Matzembacher

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 06,0745 hectares de vegetação nativa, na Fazenda Canabaia - Parte 1, em Porto Murtinho/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração IMASUL n. 010660/2022.

Porto Murtinho, 21 de novembro de 2022.

MAYARA SANTOS DE SOUSA

Promotora de Justiça Substituta

EDITAL Nº 0056/2022/PJ/PTM

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua 13 de maio, n. 444, Centro - CEP: 79280-000, Porto Murtinho/MS.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001189-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Carlos Gomes Neri; Neith Informática Participações S/A

Assunto: “a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 13,08 hectares de vegetação nativa integrante do Bioma Mata Atlântica, na Fazenda Santa Maria, em Porto Murtinho/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 371/22/NUGEO (Programa DNA Ambiental) e Relatório de Fiscalização Ambiental nº 31/2ºPEL/4ºCIA/BPMA/2022”.

Porto Murtinho/MS, 11 de novembro de 2022.

MAYARA SANTOS DE SOUSA

Promotora de Justiça em Substituta

**FAMEH/MP****ATO N.º 01/2022, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022**

O Presidente do Fundo de Assistência Médico-Hospitalar do Ministério Público, em cumprimento à decisão da Diretoria, resolve:

Nomear, para comporem a Junta Eleitoral, para as Eleições da Diretoria, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo, a se dar em 09/12/2022 – Biênio 2023/2024, os Associados:

- 1 – Milton Loureiro Filho – Presidente;
- 2 – Esacheu Cipriano Nascimento - Membro;
- 3 – Fabio Ianni Goldfinger – Secretário.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA
Presidente
FAMEH/MP